



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

26 de junho 2015



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua vida	Data: 26/06/2015
Assunto: PNE		Página: 25

DIÁRIO CATARINENSE

Plano Nacional chega a um ano

ENTIDADES PEDEM AVANÇOS no cumprimento das 20 metas estabelecidas para o país até 2024

A presidente Dilma Rousseff sancionou sem vetos, no dia 25 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), que tramitou por quase quatro anos no Congresso Nacional. O plano estabelece 20 metas para serem cumpridas até 2024, que vão desde a educação infantil à pós-graduação. Além disso, incluem a valorização dos professores e o aumento de investimentos no setor, que deverá saltar dos atuais 6,6% do Produto Interno Bruto (PIB) para 10% do PIB até o fim da vigência.

Para que os objetivos finais sejam alcançados, o plano estabelece estratégias e metas intermediárias que devem ser cumpridas. O primeiro prazo do plano, de um ano de vigência, acabou nesta quarta-feira. O Ministério da Educação (MEC) anunciou uma série de medidas que, na sua avaliação, cumprem metas no âmbito da União. Para entidades, no entanto, o PNE avançou lentamente.

No primeiro ano, até ontem, nove ações que envolviam a União, os Estados, municípios,

o Executivo e o Legislativo deveriam ter sido concluídas. Entre elas, está a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional – que deverá assegurar o padrão de qualidade da educação básica. A lei não foi aprovada.

Entre elas está também o limite para o estabelecimento de normas, procedimentos e prazos para a definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches. Pela lei, o país deverá ofertar vagas em creches para 50% das crianças até três anos. A meta constava do último PNE, que vigorou até 2010, e foi descumprida. Atualmente, o país atende a 27,9% das crianças.

O plano prevê ainda que haja uma elevação, neste ano, da taxa de alfabetização na população com mais de 15 anos para 93,5%.

Nesta semana há uma corrida pela aprovação dos planos. Em Santa Catarina, mais de 100 cidades descumpriram o prazo. Só ontem, 33 municípios sancionaram as leis. Entre os Estados, 11 já sancionaram. Santa Catarina é o único Estado da Região Sul que ainda não aprovou o plano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PRIMEIROS OBJETIVOS

Conheça as metas previstas para serem alcançadas no primeiro ano:

- Estados e municípios deverão elaborar seus planos ou adequar os já aprovados em lei, de acordo com metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE).
- O Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados e dos municípios serão formulados para assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com o PNE.
- Estabelecer normas, processos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.
- Fomentar a qualidade da educação básica e atingir as médias nacionais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): 5,2 para os anos iniciais do ensino fundamental; 4,7 para os anos finais; e 4,3 para o ensino médio.
- Elevar taxa de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos a 93,5%.
- Garantir a vigência do PNE.
- Implantar política nacional de formação continuada para profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída entre os Estados.
- Constituir fórum permanente com governos e trabalhadores da educação para acompanhamento da atualização do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.
- Aprovar Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferido pelo processo de metas de qualidade medidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 26/06/2015
Assunto: PEE		Página: 27

Notícias do Dia



A igreja está se manifestando durante as missas contra o Plano Estadual da Educação. Ocorre que existe uma proposta de que crianças até 12 anos passariam a ser tratadas como seres humanos e não como menino ou menina. A opção de gênero viria depois. Houve uma forte reação da igreja... Tema polêmico.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Notícias	Data: 26/06/2015
Assunto: PNE		Página: 14

A NOTÍCIA

BREVES

134 cidades não cumprem prazo

Centro e trinta e quatro municípios de SC – e o próprio Estado – não cumpriram todas as etapas no prazo para aprovar e sancionar os projetos de lei que se ajustam ao Plano Nacional de Educação e definem as diretrizes do ensino até 2024. Oficialmente, o prazo terminou na quarta-feira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 26/06/2015
Assunto: Currículo nacional		Página: Online

EM JORNAL E SERVIÇO DO BRASIL - N. 1 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Definição de currículo nacional para educação gera contradição no governo

A criação de um currículo nacional para a educação básica tem movimentado diferentes atores do governo federal –e não necessariamente na mesma direção.

No ano passado, a sanção do Plano Nacional de Educação deu um prazo para a construção do documento: até junho de 2016, a proposta de uma base nacional comum deve ser enviada ao CNE (Conselho Nacional de Educação), após processo de "consulta pública nacional".

Antes mesmo dessa etapa, no entanto, o tema é alvo de divergências na Esplanada.

Encarregado da tarefa, o Ministério da Educação instituiu neste mês 29 comissões responsáveis por elaborar um primeiro esboço do currículo, a ser aplicado por escolas públicas e privadas do país.

Editoria de Arte/Folhapress

Hoje, o ministério possui diretrizes, mas o conteúdo abordado em sala de aula é definido por escolas e redes.

A iniciativa do MEC reúne 116 consultores, entre professores da rede básica e pesquisadores de universidades, que irão indicar o que deve ser ensinado da educação infantil ao ensino médio.

O secretário Manuel Palácios (Educação Básica) reconhece que o nível de detalhamento é um dos pontos mais delicados do debate.

"Se for muito genérico, vai dar pouca orientação aos professores e elaboradores de material didático. Se for excessivamente detalhado, quase específica o que deve ser dado em cada aula. As duas opções são ruins."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A intenção é definir 60% do conteúdo e deixar o restante a critério das redes de diferentes regiões do país. O modelo é pensado pelo MEC a partir de disciplinas tradicionais como história, matemática e geografia.

OUTRA FRENTE

Ao mesmo tempo, o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) vem consultando especialistas e conhecendo experiências para elaborar uma outra sugestão.

Segundo a Folha apurou, Unger defende um conceito mais "ousado", incluindo aulas de raciocínio lógico e interpretação de texto nos anos finais da educação básica.

Recentemente, ele afirmou que é preciso "superar de uma vez por todas" a lógica "enciclopédica" nas escolas.

Em evento na quarta (24), o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, defendeu a atuação da pasta.

"Essa base nacional comum está sendo discutida por um grupo abrangente, com representantes dos Estados, dos municípios. E que se nutre de representantes qualificados. Não é um projeto de sábios externos ao mundo real", afirmou.

A falta de consenso preocupa. "O que espero é que visões distintas e posturas ideológicas não tomem o lugar e imponham à juventude conteúdos e valores que lhes sejam estranhos", afirma Luiz Roberto Alves, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

O órgão será a instância final desse debate.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Raul Sartori	Data: 26/06/2015
Assunto: Gêneros		Página: on-line



CORREIO LAGEANO

Ideologia de gênero

Dizem as folhas que oito Estados – em SC o documento está na Assembleia Legislativa – foram pressionados pelas bancadas religiosas e com respaldo das igrejas evangélicas e católica a sacar dos Planos Estaduais de Educação, através de seus deputados estaduais, referências a identidade de gênero, diversidade e orientação sexual. Há pressões fortes sobre o Legislativo de SC, principalmente nos tópicos referentes à “ideologia de gênero”. Seus críticos veem neles deturpações quanto aos conceitos de homem e mulher, induzindo a destruição do modelo tradicional de família.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 26/06/2015
Assunto: PNE		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Em 2 dias, 1.801 planos municipais de educação foram sancionados

*Número dobrou entre esta terça e esta quinta, quando acabou o prazo.
Municípios e estados tinham até a quarta (24) para sancionar a lei.*

A iminência do fim do prazo estipulado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para que todos os governos municipais e estaduais tivessem o seu próprio plano local de educação fez com que o número de redes municipais no fim do processo disparasse. Entre a noite de terça-feira (23) e a noite desta quinta-feira (25), 1.801 planos foram sancionados, fazendo com que o número total de cidades que já cumpriram a tarefa subisse de 1.918 para 3.719. Os números foram divulgados pelo site mantido pelo Ministério da Educação que acompanha o andamento dos planos. O prazo previsto no PNE terminou na quarta (24).

Em entrevista ao G1 na terça, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, afirmou que 1.918 municípios já tinham planos sancionados, e 807 estavam aprovados na Câmara Municipal, e apenas aguardavam a sanção do Poder Executivo. Isso quer dizer que, em cerca de 48 horas, 994 foram colocados em votação no Legislativo, aprovados e sancionados.

Os 3.719 municípios que já cumpriram a etapa representam 66,8% do total. Na última terça, 49% de todos os municípios brasileiros estavam neste grupo.

Fim do prazo

Nos últimos três meses, o G1 tem acompanhado a rede do MEC que divulga informações sobre a situação de cada município e estado. Levantamento feito em 23 de março registrou que só 46 dos 5.570 municípios brasileiros haviam finalizado o plano.

À época, o total era de 0,8%. Em 28 de maio, dois meses depois, a quantidade de municípios que já tinham cumprido essa incumbência crescera mais de três vezes, para 150, mas ainda representava só 2,6% do total.

Vinte e seis dias, ou seja, na última terça, o número de redes municipais que já tinham cumprido o prazo cresceu mais de dez vezes, para 1.918.

Punições

O possível descumprimento da meta por parte dos gestores não está diretamente relacionado a multas ou outras punições. Embora o PNE tenha sido aprovado há nove meses e suas regras e metas já estejam valendo, ainda não há uma regulamentação que especifique responsabilidades para os gestores que descumprirem os prazos e metas. Porém, segundo o MEC, os gestores estão submetidos a possíveis ações civis públicas, caso não sigam a legislação vigente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o principal entrave dos gestores municipais na hora de elaborar o plano é o fato de que os municípios não podem fazer o projeto de forma totalmente autônoma dos planos estaduais.

Já os governos estaduais, por sua vez, também não podem definir suas estratégias e metas sem considerar as realidades dos municípios. Por isso, nos estados onde há menos municípios, o processo está mais adiantado.

Entenda as etapas do plano

Cada rede precisa cumprir diversas etapas antes da conclusão do plano. Primeiro, o governo local nomeia a comissão que coordenará o trabalho. A primeira função dos membros é elaborar um diagnóstico e, a partir dele, um documento-base que servirá para a elaboração da lei. Esse documento deve então ser submetido a uma consulta pública.

Após ouvir a opinião da população, a comissão precisa então elaborar o projeto de lei do plano. Depois, ele é enviado ao Legislativo (câmara municipal ou assembleia legislativa), que deve então estudar e votar.

Quando o projeto for aprovado, o último passo é a sanção do Poder Executivo.

Status

Entre os 1.851 municípios que ainda não têm a lei em vigor, 544 estão prestes a fazê-lo, porque os planos já tinham sido aprovados na Câmara Municipal, e só precisam ser sancionados. Outros 747 planos já foram enviados pelo Executivo ao Legislativo, mas não foram votados pelos vereadores; 173 planos já estão elaborados, mas ainda não chegaram à Câmara Municipal, e 179 municípios já cumpriram a fase de consulta pública, mas ainda precisam terminar a elaboração do projeto de lei.

Porém, há 208 municípios mais atrasados: 22 deles já criaram a comissão que coordena o processo, mas não fizeram o diagnóstico inicial. Outros 54 fizeram o diagnóstico, mas ainda não montaram o documento-base que será usado na discussão do plano local. E 132 redes municipais fizeram esse documento, embora ainda não tenham concluído a fase de consulta à população.

Estados

Nos últimos dois dias, também avançou o número de estados que tinham transformado o plano estadual de educação em lei. Na terça-feira, quatro estados estavam com a legislação completa, segundo o ministro: Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Outros seis estados e o Distrito Federal aguardavam apenas a sanção do governador: Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Paraná e Pernambuco.

Já nesta quinta, os seis estavam tiveram a lei sancionada, mas o Distrito Federal continua, segundo o MEC, com a lei pronta e aprovada, mas ainda sem sanção. O Rio Grande do Sul conseguiu, desde terça-feira, tanto aprovar o plano gaúcho quanto sancionar a lei.

No total, 11 estados já cumpriram o requisito do PNE, três já aprovaram a lei, mas aguardam sanção, oito estão ou com o plano elaborado ou com ele já na Assembleia Legislativa. Entre os estados mais atrasados estão Goiás e Rio de Janeiro, que ainda não fizeram a consulta pública sobre a lei, e Ceará, Piauí e Sergipe, que já fizeram a consulta, mas ainda não concluíram o projeto de lei que será enviado ao Legislativo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 26/06/2015
Assunto: Política Nacional de Formação		Página: Online



MEC quer contribuições para formação de profissionais

O Ministério da Educação publicou na quinta-feira (25) consulta pública para receber sugestões para a formulação do decreto de criação da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. O objetivo é ouvir a sociedade na elaboração de uma política que fortaleça o regime de colaboração entre o poder público federal, estadual e municipal.

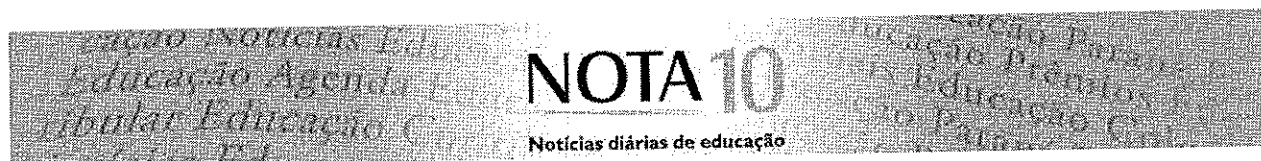
A proposta é implementar uma nova forma de gestão da formação dos profissionais da educação básica, integrando os programas federais e as ações já desenvolvidas nos estados e municípios. A integração de diferentes esferas do poder público faz parte da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005/2014) para a implantação de uma política nacional de formação dos profissionais da educação.

Os interessados em contribuir têm prazo até o dia 23 de julho para enviar, por meio da página da consulta pública no PDE - Interativo, sugestões e críticas ao texto base. Podem participar pessoas físicas, órgãos, entidades e instituições públicas e privadas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 26/06/2015
Assunto: Espanhol		Página: Online



Aulas de espanhol ajudam na aproximação com país vizinho

A produção de histórias em quadrinhos, com desenhos e textos em espanhol, pelos alunos, é uma das atividades desenvolvidas pela professora Fátima Regina Spillari. Ela leciona na Escola Estadual de Ensino Médio Carlos Kluwe, no município gaúcho de Bagé, a cerca de 60 quilômetros da fronteira com o Uruguai. "Os alunos têm interesse nas aulas de espanhol, pela possibilidade de fazer amizades, conhecer pessoas e trocar ideias pela internet", diz. De acordo com a professora, os estudantes viajam com frequência ao Uruguai. Muitos deles têm familiares do outro lado da fronteira.

Segundo Fátima Regina, os estudantes têm curiosidade pelo significado e pela pronúncia de determinadas palavras, como millones (milhões) e mientras (enquanto). Para a ampliação do vocabulário dos alunos em espanhol, ela promove trabalhos em grupo sobre temas como família, alimentos, vestuário, casa e cores. Após pesquisas sobre os temas, os estudantes fazem apresentações para os colegas, com cartazes, vídeos e maquetes. "Sempre faço esse trabalho na primeira série do ensino médio; a maioria dos alunos gosta", revela. Com graduação em letras, Fátima Regina tem pós-graduação em inclusão da língua espanhola.

Professora na mesma escola, Maria Enilda Gularte Nunes Martinez adota livros, filmes, vídeos, músicas e poesias, entre outras opções, nas aulas de espanhol. Também promove saídas pedagógicas, com visitas dos alunos ao vizinho país. "O espanhol é a língua mais difundida no mundo, depois do inglês, e uma das mais promissoras no mercado de trabalho", diz. "Então, aprender o idioma é uma necessidade imperiosa no mundo atual."

Para Maria Enilda, muitas perspectivas surgem a partir do poderio do idioma no mundo. Ela constata, no entanto, que no Brasil a influência da cultura espanhola ainda é pequena, apesar da proximidade e das fronteiras com países de língua hispânica. Formada em letras, Maria Enilda tem especialização em supervisão e orientação escolar.

A escola Carlos Kluwe, com 1,3 mil alunos, oferece aulas de espanhol desde 1998. Inicialmente, no centro de línguas da própria unidade de ensino, como opcionais. Integrante do currículo obrigatório, o espanhol é ministrado, este ano, nos dois primeiros anos do ensino médio.

"Boa parte da população de Bagé entende e fala o espanhol. Nossa cidade fica a 60 quilômetros da fronteira", destaca o professor Cezar de Quadros Palomeque, diretor da escola. "A importância de oferecer aulas de espanhol está em incentivar a aprendizagem dos jovens."

Professor de estudos sociais, com pós-graduação em sociologia, Palomeque está no magistério há 35 anos. Atuou como professor de história e geografia durante seis anos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 26/06/2015
Assunto: PNE	Página: Online	

[PeloEstado]

PlanodeEducação



A deputada Luciane Carminatti (PT) participou ontem, em Brasília, do Seminário *PNE e o futuro da educação brasileira*, comemorativo ao primeiro ano de aprovação do Plano Nacional de Educação. O evento, realizado na Câmara dos Deputados, foi proposto pelo presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Implementação do PNE, deputado Pedro Uczai (PT-SC), e contou com a presença do Ministro da Educação, Janine Ribeiro. No estado, a deputada coordena o Fórum Pátria Educadora Santa Catarina, que tem como um dos desafios a aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE), em tramitação na Assembleia Legislativa. O PEE será discutido em 17 seminários que a parlamentar coordena pela Comissão de Educação da Casa, junto com os deputados Valdir Cobalchini (PMDB) e Uczai.